

AUDIÊNCIA PÚBLICA HIV/AIDS

Recomendações para melhorar a distribuição de medicamentos especiais no RS

A partir da audiência pública que debateu a situação de logística e acesso aos medicamentos de programas especiais de HIV/Aids e Tuberculose no RS, realizada no âmbito da Comissão de Saúde e Meio Ambiente, por proposição do deputado Adão Villaverde, no dia 20 de junho, elaborou-se um documento com recomendações para enfrentar o problema. Abaixo, veja os encaminhamentos.

A Secretaria Estadual de Saúde do RS, especificamente na área envolvida com assistência farmacêutica, deve dispor de uma programação organizada e imediata para atender à distribuição interna de medicamentos aos vários municípios, regionais e integrantes da rede de saúde.

Os órgãos responsáveis tanto no estado do RS como o Ministério da Saúde,

em nível nacional, devem estabelecer políticas públicas que deem conta de priorizar populações mais vulneráveis em relação ao HIV/Aids e suas comorbidades.

É preciso estancar a tendência de redução do investimento do Ministério da Saúde para a política de Aids que reflete na aquisição e distribuição dos medicamentos ARV. Comprovada pelas avaliações da execução orçamentária dos exercícios anterior e atual, esta redução incide diretamente no tratamento das pessoas vivendo com HIV/Aids pela falta de medicação e, além disso, coloca-se na contramão do que é proposto pelas metas internacionais 90/90/90 que visam erradicar a epidemia de HIV/Aids até 2021/2030.

É preciso revogar a Emenda Constitucional 95/2016, que congelou os gas-

tos públicos por 20 anos, assim como a Medida provisória 839/2018, que retirou recentemente R\$179 milhões da área da Saúde e toda e qualquer tentativa de restrição de recursos para o SUS.

É urgente promover a revisão da atual pactuação da logística do Ministério da Saúde em relação à programação dos ARVs disponibilizados para o estado do RS e demais estados da federação.

É preciso fortalecer o papel político do Brasil na América Latina e Caribe, e no mundo, como um dos maiores compradores de medicamentos, para prevenir abusos (como a anuência prévia) e mobilizar quebra de patentes de medicamentos.

Deve ser encaminhada aos órgãos responsáveis uma Moção de Repúdio,

(CONTINUA NA PÁGINA 02)



aprovada nesta audiência pública, contra os novos cortes de gastos no sistema de saúde pública, para cobrir déficit orçamentário, resultante da redução do preço do óleo diesel.

Deve ser mantida e permanentemente monitorada a informação em saúde, responsabilidade dos órgãos responsáveis pela política de IST/Aids (estadual e municipal) que, por força de legislação (Lei do Acesso à Informação) devem repassar as informações sobre logística do abastecimento de medicamentos para HIV/Aids e outras correlatas.

Deve ser publicizada a grade de todos os medicamentos na página virtual do Departamento - como ocorria em gestões anteriores - e enviar a listagem para quem necessitar atualização dos estoques; possibilitando o conhecimento público e o acompanhamento da si-

tuação das medicações em tempo real, bem como da situação das compras internacionais e a fabricação nacional.

Devem ser revisados pelos municípios os mapas de entrega e recebimento dos ARV, apresentando mapeamentos mensais e anual com a programação de solicitação dos medicamentos ao Ministério da Saúde, bem como de recebimento destes, inclusive de exercícios anteriores (2016 e 2017).

Devem ser elaborados, a partir dos mapas, relatórios descritivo e analítico sobre o comparativo entre solicitado e recebido, com justificativas quando da ocorrência de alterações.

Devem ser discutidos aspectos da logística local entre estado (Assistência Farmacêutica da SES/RS) e as UDM, já que questionam que nem sempre recebem as programações dos insumos.

Deve a SES/RS permanecer informando periodicamente a relação atualizada dos itens que apresentem problemas, situação crítica ou de alerta.

Deve ser produzida e divulgada informação pública efetiva e responsável, em tempo hábil, para a sociedade civil organizada e aos usuários em todos os serviços em que são atendidos.

Deve ser reativada a Comissão de Assistência Farmacêutica do CES/RS, para dar suporte às demais, principalmente àquelas que se envolvem com a questão de medicamentos, como é o caso da Comissão de IST/Aids/T.

Deve se solicitar que os representantes do CONASS e CONASEMS no estado estimulem a discussão e a proposição de regras mais claras sobre responsabilidade do MS quanto à logística de distribuição de medicamentos ARV a todos os estados.

INCÊNDIO

GAÚCHAZH

Prédio da Emater que pegou fogo em Porto Alegre não tinha PPCI

Informação é do Corpo de Bombeiros, que ainda não sabe o que provocou as chamas

O prédio da Emater que pegou fogo na madrugada de quarta-feira (27), em Porto Alegre, não tinha Plano de Prevenção e Proteção contra Incêndios (PPCI). A confirmação é do Corpo de Bombeiros.

Segundo o Comandante do 1º Batalhão de Bombeiros, tenente-coronel Luis Carlos Neves, as causas do incêndio ainda são desconhecidas pelas autoridades. Somente a perícia poderá identificar o que provocou as chamas.

– Não é pelo fato de ter PPCI que um prédio não vai pegar fogo. Mas, evidentemente, diminui as possibilidades de incêndio – disse.

Ainda segundo Neves, a Emater foi notificada pela corporação pela ausência do plano de prevenção. A Emater-RS informou que já havia um projeto aprovado que estava em fase de implantação.

O incêndio começou por volta das 4h, no quarto andar do prédio que fica na Rua Botafogo, no bairro Menino Deus. As chamas foram totalmente combatidas e apagadas durante a manhã.

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER

Diretoria do COMDIM Porto Alegre será empossada na segunda

O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Porto Alegre (COMDIM/POA) realiza a posse das conselheiras e executiva, na segunda-feira (2), às 18h30, em cerimônia na Casa dos Conselhos, localizada na Avenida João Pessoa 1110, bairro Farroupilha. Na ocasião, serão empossadas sete representantes indicadas pela Administração Pública Municipal e 14 de organizações da sociedade civil, eleitas a partir do Fórum Municipal da Mulher de Porto Alegre, em 26 de junho do ano passado. As conselheiras que compõem o Pleno e a Executiva do COMDIM respondem pelo mandato de 2017/2019.

Desde a eleição, a nova diretoria do COMDIM efetuou diversas tentativas de obter, junto à Prefeitura de Porto Alegre, uma indicação de data para a realização da posse das conselheiras e executivas. Como até o momento não houve nenhuma sinalização por parte do Poder Municipal, o COMDIM/POA - amparado por uma ampla discussão no Fórum dos Conselhos Municipais - deliberou pela realização urgente da posse. A designação das conselheiras pela Portaria 160/2018, foi publicada no Diário Oficial de Porto Alegre no dia 16 de maio.

A presidenta da gestão 2014/2017, Vera Daisy Barcellos, uma representação do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Rio Grande do Sul (SINDJORS), fará a formalização da passagem do cargo para Neusa Heinzmann, representante do Coletivo Feminino Plural.

Criado através da Lei Complementar 347/1995, o COMDIM é uma instância de articulação entre governo e sociedade civil com objetivo de propor, normatizar, fiscalizar e deliberar sobre matérias relativas aos direitos das mulheres.



Diretora da Escola Técnica do Hospital de Clínicas busca apoio para impedir transferência

Guerreiro - Agência ALRS



Escola tem 1200 alunos em três turnos e forma técnicos na área da saúde

Atendendo o pedido do deputado Adão Villaverde (PT), a Comissão de Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia incluiu, no período de assuntos gerais da reunião de terça-feira (26), o relato sobre a situação vivenciada pela Escola Técnica Estadual do Hospital de Clínicas de Porto Alegre (HCPA) ameaçada de ser retirada do local que ocupa há quase 30 anos.

Com 1200 alunos em três turnos, a escola forma técnicos na área da saúde e ainda atende crianças com longa internação no Clínicas.

Ao encaminhar a solicitação, o parlamentar justificou que é importante que os deputados tenham ciência do problema de transferência da escola, uma vez que o Hospital de Clínicas está solicitando o espaço para conclusão das obras de expansão do estabelecimento hospitalar, contrariando o projeto de construção original, como comprova até mesmo a maquete exposta no saguão do HCPA.

Ao fazer os encaminhamentos, após o relato da diretora da Escola Técnica, Rita Mônica Mombelli, Villaverde destacou que a necessidade de uma atuação conjunta das Comissões de Educação e de Saúde da Assembleia para agendar uma reunião na Casa Civil e buscar uma posição do governo do Estado.

Villaverde também apontou que é

preciso envolver a bancada federal gaúcha para pressionar o Ministério da Educação, responsável pelo HCPA.

O relato

Rita Mombelli relatou que em novembro de 2017 a escola recebeu uma notificação para desocupar o prédio para que o terreno da área construída de 1600 metros fosse integrado às obras de ampliação do Hospital de Clínicas. “Nos surpreendemos com essa decisão. Afinal, quando nos mostraram a maquete do projeto, a escola permanecia ali. Não havia intenção de nos tirar”, disse.

A partir da notificação no final de 2017, Rita iniciou uma série de tentativas de comunicação com representantes da Seduc e do hospital. “Conseguimos a primeira reunião apenas seis meses depois, no dia 21 de maio de 2018.” Recebida pela diretora-presidente do HCPA, Nadine Clausell, Rita conta ter tentado apresentar outras possibilidades de uso de terrenos próximos para que a escola pudesse permanecer onde está. “Mas ela foi irredutível, disse que outro terreno estava fora de questão”. Ela deixou a reunião com a promessa de que a EPS seria realocada em um espaço qualificado para recebê-los. O hospital usaria o terreno da escola para ampliar uma das ruas já asfaltadas, construída entre a escola e seu

antigo estacionamento, que liga a rua São Manuel ao complexo hospitalar. Assim, não haveria possibilidade de expandir a passagem para o lado do estacionamento, necessitando demolir uma parte da escola.

Dois dias depois, a diretora se reuniu com representante da Superintendência da Educação Profissional do Estado (Suepro), que também reafirmou que a escola seria transferida para um espaço apropriado. “Saí entristecida, mas de certa forma reconfortada.”

No dia 11 de junho, uma nova reunião foi convocada. Dessa vez, com a participação da Divisão de Projetos de Arquitetura (DPA) da Secretaria de Obras, Saneamento e Habitação e com a vice-diretora do Colégio Estadual Júlio de Castilho. Ali, Rita foi informada de que a EPS ocuparia o 3º andar do outro colégio após uma reforma das salas. Diversos problemas passaram a ser apontados tanto por Rita quanto pela vice-diretora, argumentando que a estrutura não seria suficiente. “Primeiro que precisamos de laboratórios para os alunos, e as próprias regras do PPCI (Plano de Prevenção e Proteção contra incêndios) delimitam que eles têm que estar no térreo. Fora isso, ficaríamos confinados num espaço de apenas seis ou sete salas de aula. É impossível fazer essa troca”.

Sem conseguir se reunir com a Seduc para tratar do assunto, a comunidade escolar decidiu organizar um ato para pressionar a secretaria. “Esperávamos que a Seduc nos defendesse, já que não houve a assinatura de um novo protocolo de intenção ou a revogação do antigo”, aponta a diretora.

No último dia 19 de junho, a comunidade escolar saiu em caminhada da escola até a Secretaria, porém, foram recebidos com portões fechados. Após algum tempo em frente ao prédio, foram liberados para entrar até o limite do pátio. “A gente não acreditava, simplesmente não queriam nos receber.”

“O Galo Missioneiro”

O filme “O Galo Missioneiro - A Trajetória de um Militante”, que conta a trajetória política e a caminhada militante de Olívio Dutra, será exibido novamente no dia 3 de julho, às 20h, no Espaço 900, em Porto Alegre.

03 JULHO ÀS 20H | ESPAÇO 900 | ENTRADA FRANCA
PRESENÇA DO DIRETOR THIAGO KÖCHE

Base de Sartori aprova mais uma LDO baseada na contenção de gastos e sem projeto para o desenvolvimento do RS

Guerreiro - Agência ALRS



A base do governo Sartori aprovou, durante reunião da Comissão de Finanças, Planejamento, Fiscalização e Controle, na quinta-feira (28), o parecer ao PL 80/2018, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Para o deputado Adão Villaverde (PT), que votou contra o parecer, mais uma vez a LDO do governo Sartori renuncia às funções de Estado e penaliza os servidores públicos e a sociedade gaúcha, pois não aponta nenhum caminho para o desenvolvimento do RS.

A votação do projeto em plenário deverá acontecer na próxima semana e o prazo para envio da matéria à sanção do governador é dia 13.

MANDATOS FEMINISTAS

Seminário “Elas Por Elas” defende mais mulheres na política

Na sexta-feira (22), o deputado Adão Villaverde (PT) participou do seminário “Elas Por Elas”, que ocorreu no Hotel Everest, no centro de Porto Alegre. Na atividade, debateram-se políticas para as mulheres e a importância de mandatos feministas.

Entre os presentes no encontro, a ex-vice-prefeita de Alegrete Preta Mulazzani; a vereadora de Caxias do Sul Denise Pêsoa, ambas pré-candidatas a deputada estadual; a ex-ministra Eleonora Menicucci; a representante da Secretaria Nacional de Mulheres do PT, Anne Karolyne; e o ex-ministro Miguel Rossetto, pré-candidato ao governo do RS.



PLENARINHO

Encontro reúne especialistas para debater segurança pública

No sábado (23), o deputado Adão Villaverde (PT) participou de debate sobre segurança pública que reuniu, na Assembleia Legislativa, especialistas da área. Também presentes o ex-governador Tarso Genro, o deputado federal Paulo Pimenta, o ex-ministro Miguel Rossetto (pré-candidato a governador no RS), e Márcia Tiburi (pré-candidata a governadora no Rio de Janeiro).



PORTO ALEGRE

Comunidade do bairro Glória faz críticas à gestão da prefeitura da capital

Na comunidade 1º de Maio do bairro Glória, em Porto Alegre, no sábado (23), o deputado Adão Villaverde (PT), a ex-vice-prefeita de Alegrete Preta Mulazzani e o presidente licenciado da CUT-RS, Claudir Nespolo (pré-candidato a deputado federal), reuniram-se com lideranças da região para ouvir as demandas. Os moradores criticaram os programas de assistência da prefeitura, a insegurança na comunidade e a falta de serviços essenciais.



MEDALHA DA 54ª LEGISLATURA

Deputado homenageará ADUFRGS Sindical

No dia 12 de julho, o deputado Adão Villaverde (PT) irá homenagear os 40 anos da Associação de Docentes da Ufrgs (ADUFRGS Sindical) com a entrega de medalha da 54ª Legislatura. A cerimônia será às 17h, no Salão Júlio de Castilhos da Assembleia Legislativa.

Em defesa da Democracia, do Diálogo e da Diversidade

Indignados com o crescente ambiente de ódio e intolerância nas relações em sociedade no Brasil, preocupados com o risco destrutivo do viés fascista embutido no cenário atual de violência, temerosos da degeneração dos valores institucionais e impactados com a farsa do combate à corrupção para justificar a continuidade do golpe de 2016, cidadãs e cidadãos do Rio Grande do Sul lançaram um manifesto público, na quarta-feira, 27, em ato noturno no teatro Dante Barone, na Assembleia Legislativa.

Construído desde abril, em reuniões e debates com a participação de assalariados, servidores públicos, autônomos, profissionais liberais, artistas, religiosos, médios e pequenos empresários, juristas, professores, estudantes e intelectuais, o Manifesto em defesa da Democracia, do Diálogo e da Diversidade (M3D) conclama todos que acreditam no respeito ao outro e na democracia a reunirem-se e manifestarem-se publicamente exigindo o respeito irrestrito à Constituição, à qual todas as leis e os poderes da República estão subordinados. “É hora da união de todos que defendem a convivência democrática, o respeito à diversidade, os direitos fundamentais, a justiça social, o patrimônio público e a soberania nacional”.

M3D
MANIFESTO EM DEFESA DA DEMOCRACIA, DO DIÁLOGO E DA DIVERSIDADE

Estamos um grupo de cidadãos e cidadãs - feministas, acadêmicos, religiosos, artistas, professores, jornalistas, profissionais liberais, assalariados, autônomos, pequenos empresários, estudantes e médios empresários - que nos unimos sob o lema da diversidade e a soberania nacional para lançar este Manifesto.

Entendemos que a sociedade brasileira se encontra diante de uma encruzilhada: seguir pelo caminho da democracia, liberdade e respeito ao outro, ou aceitar o regime de exceção e o autoritarismo fascista.

Os poderes Executivo e Legislativo exercem um papel central no cumprimento do mandato constitucional de garantir a soberania da República e a defesa da Constituição. É preciso assegurar a plena e livre atuação de todos os poderes da República, que garantem o controle social e a fiscalização do poder.

O respeito ao outro e a diversidade são valores fundamentais para a construção de uma sociedade democrática e justa.

Exigimos o respeito irrestrito à Constituição, que garante o controle social e a fiscalização do poder.

É hora da união de todos que defendem a convivência democrática, o respeito à diversidade, os direitos fundamentais, a justiça social, o patrimônio público e a soberania nacional.

Nesta momento, convocamos todos os movimentos, organizações, instituições, indivíduos, coletivos religiosos, partidos e grupos que acreditam no respeito ao outro e na democracia a reunirem-se e manifestarem-se publicamente exigindo o respeito irrestrito à Constituição, à qual todas as leis e os poderes da República estão subordinados.

É hora da união de todos que defendem a convivência democrática, o respeito à diversidade, os direitos fundamentais, a justiça social, o patrimônio público e a soberania nacional.

Porto Alegre, 27 de Junho de 2018.

Movimento Democracia, Diálogo e Diversidade - M3D
Andreas Landwehr da Associação

Grupo lança movimento em defesa da democracia

| Bruna Suptitz
Jornal do Comércio

Preocupado com o ambiente de violência em torno de assuntos políticos, com vistas às eleições de outubro, o juiz de Direito Luiz Cristiano Aires defende que o diálogo prevaleça nos debates em qualquer âmbito da sociedade. Ele é um dos integrantes do Movimento Democracia, Diálogo e Diversidade, formado por representantes de diversos setores, como pequenos e médio empresários, servidores públicos, professores e religiosos, entre outros. Na noite de ontem, um ato no Teatro Dante Barone da Assembleia Legislativa formalizou o lançamento do grupo, que tem a proposta de se apresentar para a população como "um elemento catalizador do diálogo e do processo democrático", na palavras de Aires. Ele aponta o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff (PT) como momento a partir do qual "se começou a constatar uma série de processos de legalidade bastante duvidosa".

Jornal do Comércio - O que levou a criação o movimento?

Luiz Cristiano Aires - O que nos levou a buscar catalisar uma série de pessoas e de forças para trabalhar essa questão da democracia foram os impactos que esta vem sofrendo ao longo do tempo, por conta de algumas condutas que fragilizaram o sistema de garantias da

Constituição de 1988, além da violência nas próprias relações entre pessoas, partidos e instituições. Isso tem nos assustado muito, certamente impedirá que possamos atingir todos os objetivos que a nação brasileira se propôs (na Constituição), que é gerar um desenvolvimento capaz de incluir os cidadãos e as cidadãs numa vida que seja mais digna para todos.

JC - Quando se refere a condutas, qual mais preocupa os integrantes do movimento, que os levou a se organizarem?

Aires - Tivemos uma série de episódios ao longo do tempo, tendo início com o processo de impeachment, desenvolvido no Congresso Nacional, e que hoje fica muito claro quais eram os interesses por trás do impedimento da presidente Dilma. A partir daí, se começou a constatar uma série de processos de legalidade bastante duvidosa, com forças policiais exercendo, sem muito limite, a força e o monopólio do Estado. Lembro que, logo em seguida ao episódio do impeachment, um palhaço foi preso em Santos (SP), porque estava em uma praça falando mal do governo. Depois, houve censuras, conflitos a respeito de mostra de museu, violência no espaço da política, uso da força por cidadãos contra outros devido a posições

Rubem Rocha/Divulgação JC



político-partidárias. Isso é o nascedouro de uma instabilidade muito grande e que pode por em xeque o próprio desenvolvimento do País.

JC - Como o movimento vai atuar no período eleitoral e como vai dialogar com a população?

Aires - Nossa expectativa é ser um elemento catalizador do diálogo e do processo democrático. Significa que vamos, de alguma maneira, tentar impedir que o pleito seja marcado pela violência e pelo debate irrazoável sobre as questões do País. Precisamos entender que, num processo democrático, é preciso, da forma mais ampla possível, se permitir a todos e a todas que exerçam a sua voz, que possam levar as suas propostas em paz e atingir o maior número de pessoas possível.

Lula e o amor que deixa marcas: Picasso e Flavio José*

TARSO GENRO**

Um país que até há poucos anos era um exemplo de democracia social “mínima”, respeitado pelas nações mais importantes do mundo - independentemente do seu regime econômico - hoje ras-teja na “exceção”. É um país cujo Sistema de Justiça coloca no cárcere, de forma inconstitucional, o seu maior Presidente dos últimos tempos, dilapida o patrimônio público com a destruição da Petrobras e congela o seu Orçamento em Saúde e Educação, no mais brutal ataque aos pobres desde o “arrocho salarial”, na época do regime militar. Um governo gerenciado por um grupo de denunciados e processados por corrupção.

Trata-se de um novo tipo de poder autoritário, construído pela mídia

oligopólica e pelos empresários neoliberais oportunistas, que depois de orientarem o seu programa reformista de barbarização social, começam a devorar seus domadores designados, através dos leões da especulação financeira. De olho nas eleições, este novo sistema de poder precisa manter Lula fora do jogo, de preferência matá-lo -politicamente ou fisicamente se preciso for- pela humilhação e pela desonra. O roteiro do golpismo precisa excluir a soberania popular do sistema político, para que a madrugada suja do fascismo, se necessário, possa irromper.

A música de Flávio José, “Espumas ao vento” - linda e comovente confissão brega de traição e reconciliação amorosa - tem duas mensagens sibilinas para o momento político atual. Aqueles que vivem a política ou controlam os cordéis de uma consciência pública exausta e tristonha - pelas perdas ou pelo ódio - deveriam atentar para estas vozes do acaso, fora do mercado. Os golpistas as receberão nos faustos do poder que usufruem de forma ilegítima, mas Lula as receberá no fundo do cárcere, onde está por ter sacado da miséria 40 milhões de brasileiros que, para pensarem livremente, precisavam primeiro comer e vestir. Estes não o esquecerão.

A mensagem que os golpistas deve-

Guilherme Santos/Sul21



riam adotar é aquela parte da canção que diz, “sei que errei, tô aqui para te pedir perdão”. Não o farão. Preferem prestar contas ao mercado abstrato onde as pessoas concretas não os ouvem e bajular os comandantes mentais do oligopólio da mídia do que ter a humildade histórica de reconhecer seus erros destrutivos.

Leia mais em <https://bit.ly/2IH0UB2>

*Artigo publicado no jornal Sul21 em 25 de junho de 2018

** Tarso Genro foi Governador do Estado do Rio Grande do Sul, prefeito de Porto Alegre, Ministro da Justiça, Ministro da Educação e Ministro das Relações Institucionais do Brasil.

MORADIA

Governo deve manter pagamento de aluguel para alunos da Casa do Estudante

Em reunião na quinta-feira (28), com os alunos moradores da Casa do Estudante Universitário Aparício Cora de Almeida (CEUACA), ameaçados de despejo por falta de pagamento de alugueis por parte do Estado, a defensora pública Isabel Rodrigues, do Núcleo da Defesa Agrária e Moradia, explicou as medidas judiciais que ainda poderiam ser tomadas para garantir a quitação dos valores atrasados e assegurar a cedência do prédio para os estudantes.

O prédio foi esvaziado para que se pudessem realizar adequações ao Plano de Prevenção Contra Incêndios (PPCI).

Depois de muitas negociações com a promessa de reforma, houve um acordo entre a Procuradoria-Geral do Estado e o Ministério Público Estadual, no qual o Executivo manifestou não ter

mais interesse de manter o auxílio aos estudantes e também alegou não ter condições de realizar as obras. Na ocasião, representantes do governo afirmaram que o prédio teria outra destinação social.

Cerca de 40 alunos passaram a morar divididos, em duas casas e oito apartamentos espalhados pelo Centro Histórico. Agora, porém, eles relatam que receberam ordens de despejo de alguns dos imóveis, ao mesmo tempo em que foi determinado judicialmente que o Estado não seria mais responsável por fornecer moradia aos universitários após o final do mês de junho.

Por parte do mandato do deputado Adão Villaverde (PT), representado na reunião por Wilson Machado Junior, houve um comprometimento de dialogar



com a Secretaria Estadual de Educação para que as obras sob responsabilidade do governo estadual sejam concluídas e o prédio devolvido aos moradores.

O assunto foi tratado em reunião da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos, no Assuntos Gerais, no dia 15 de maio, por proposição de Villaverde, atendendo reivindicação dos estudantes.